

---

EUVÉ, François: *Pensar a criação como jogo*. Tradução do original francês por Jonas Pereira dos Santos. São Paulo: Paulinas, 2006. 326 pp., 23 X 15,5 cm. Col. Repensar. ISBN 85-356-18091-5.

---

O autor do livro é um jesuíta com formação universitária em Física além do doutorado em Teologia. Conjuga as duas frentes teóricas da ciência e da teologia para abordar o tema da criação em novas perspectivas. Logo de início aponta como insustentável hoje em dia a concepção da criação a partir do modelo de uma produção acabada, tendo um fundamento como marco para o desenvolvimento histórico. A história se desenrolava em uma natureza quase estável. As representações de Deus iam na linha do artífice, do engenheiro, até mesmo do relojoeiro. A categoria de causalidade, de origem aristotélica e assumida por Santo Tomás, procurava dar conta do ato criador.

O A. segue a hipótese do “modelo do jogo” para pensar teologicamente a criação. Jogo opõe-se ao trabalho. Desprovido de fundamento, mas não de sentido nem entregue ao puro acaso. O jogo é uma ação que envolve os parceiros em uma iniciativa que articula, de maneira fecunda, uma legalidade (através de um conjunto de regras) e uma liberdade. Inscreve-se bem numa atmosfera pós-moderna em reação aos valores prometeicos de controle, de domínio, de rendimento, de produtividade da modernidade. Substitui o projeto estruturado. Boa imagem para mudança de paradigma.

Ao adotar o modelo do jogo para interpretar a relação de Deus com o mundo, o discurso teológico pensa dizer uma palavra salvífica no contexto atual. O jogo não só ressoa forte hoje, mas também tem presença na tradição teológica com raízes bíblicas (Pr 8,30s) e na correspondente meditação dos Padres e de uma corrente de pensamento. A visita do jogo na teologia ultrapassa o uso do termo, aliás raro, para um “estilo lúdico” no sentido de libertação de todo espírito de sistema, de todo racionalismo. Próximo da inventividade do estilo poético pela via do recurso à metáfora, à parábola. Conjuga liberdade criadora e regra, como a natureza do jogo demonstra.

A noção de jogo permite diálogo entre ciência e teologia, porque ela cabe em ambos universos hermenêuticos. A história não cabe dentro de procedimentos lógicos. Não se trata de eximir-se de toda objetividade. O jogo

tem regras objetivas. Mas significa que nele o sujeito se implica e no interior da objetividade das regras traça as estratégias a partir de decisões. Tal atitude afeta ao cientista e ao teólogo.

Na primeira parte do livro, o A. examina a maneira como o ser humano contemporâneo se relaciona com o cosmos, com a natureza no interior de novo paradigma. Exprime-a com o recurso às noções de unidade, movimento, implicação do observador, circularidade, dimensão mística e temática lúdica.

Estuda, em seguida, as posições da dogmática católica sobre a doutrina da criação do mundo como foi trabalhada nos dois últimos concílios, mostrando até onde elas respondem ou não às questões atuais. Faz-lhes verdadeiro balanço.

O A. segue a sugestão de A. Gesché de recorrer à noção de jogo para entender a criação em consonância com as aspirações contemporâneas, integrando assim elementos da tradição teológica. As ciências se defrontam criticamente com as clássicas representações newtonianas. À teologia da criação, que aliás debateu, de diversas maneiras, com as ciências, se impõe hoje que defina claramente sua posição epistemológica a fim de estabelecer diálogo crítico. O A. defronta-se com quatro tipos de relação entre teologia e ciência: o conflito, a independência, o diálogo e a integração. Estabelece o roteiro do conflito à convergência.

Uma última reflexão fecha a primeira parte. Introduce a tensão entre jogo e cientificidade, como a entre espontaneidade e rigor lógico. É pensável uma forma de jogo que se introduz no mundo da cientificidade, ao exprimir-se como dialética da eficácia e da gratuidade.

Na segunda parte, o A. se pergunta: que significa o jogo na teologia? Pertence ele a tipo de categoria que cabe na reflexão teológica? O A. faz estudo de natureza positiva. Elenca teólogos contemporâneos que o usam até mesmo fazendo dele tema central de sua reflexão. Vêm em questão nomes como H. Rahner, que se inspirara na clássica obra de J. Huizinga – *Homo ludens* – e no famoso romance de H. Hesse – *O jogo das contas de vidro* –, J. Moltmann, A. Gesché, J. Arnould, H. Cox. Em nossas plagas, que o autor desconhece, existe o livro de F. Taborda que trabalha o sacramento na perspectiva da festa e da práxis. Depois desse percurso por teólogos recentes, detecta nesse movimento da atualidade instigante retomada do interesse pelo mundo grego. Huizinga já ressaltara o caráter profundamente lúdico da sociedade grega em todas as suas expressões. Entre os filósofos que abordaram tal noção na cultura grega salientam-se as figuras de Heráclito, Platão e Aristóteles.

Por tratar-se de teologia, cabe mostrar a coerência entre a noção de jogo disseminada na mentalidade-ambiente e as fontes bíblicas, patrísticas e as

da teologia ulterior. Forçoso confessar que a noção de jogo tem raras ocorrências nessas fontes, de modo que não procede considerá-lo tema tradicional da teologia. No entanto, o estilo lúdico, um espírito de jogo a animar iniciativas teológicas tomando distância da sistematicidade científica estão bem presentes. Merece assinalar também certa proximidade com a mística.

Ao descer ao concreto, o A. sonda a teologia bíblica da criação para aí deparar-se com o jogo da Sabedoria no ato criativo (Pr 8,22-31). O texto de singular beleza poética pinta-nos a Sabedoria ao lado do Senhor criador “brincando, todo o tempo, na sua presença, brincando na superfície da terra”. Apesar de o termo jogo não ter lugar explícito no livro da Sabedoria no contexto da criação, ele permite uma interpretação lúdica da criação. Nas fronteiras do mundo bíblico, está Filão de Alexandria, bem próximo do livro da Sabedoria. Nele se encontram traços para uma teologia do jogo.

O A. continua a trajetória pela tradição, perscrutando o Novo Testamento sob a perspectiva do jogo. Um olhar teológico descobre inúmeras riquezas no estilo lúdico, na reabilitação da narração, nas parábolas, sobretudo na alusão direta de Jesus ao jogo das crianças na praça (Mt 11,16-17), como símbolo da geração presente que não entrou no jogo de Jesus. Em seguida, caminha pelas trilhas da patrística. O campo é fértil, já não diretamente tratando da criação, mas da obra salvadora de Deus, “o jogo da graça”. Há também noções afins à de jogo, presentes nos Padres, tais como: dança, riso, teatro, música. Na verdade, para os Padres a criação e salvação se inter-relacionam em profundidade. A criação aparece como primeiro ato salvífico de Deus. Entre os Padres citados, estão Gregório de Nissa, Ambrósio, Jerônimo, Clemente de Alexandria, Gregório Nazianzeno, e muitos outros. Máximo Confessor mereceu estudo mais detalhado.

A teologia e a mística ocidental, por força da ampla transformação do discurso sobre a criação no Ocidente medieval, ocupam bom espaço de reflexão. Euvé menciona rapidamente a Santo Tomás em precioso texto em que compara a sabedoria e o jogo, por ambos serem fonte de prazer e não serem ordenados a outra coisa que a si mesmos. Na mística de Eckhart, no seio mesmo da escolástica, se o jogo não é tema, ao menos o “espírito de jogo”. Na tradição espiritual, o A. estuda ainda santo Afonso Rodríguez que deixou texto significativo em que trata do jogo divino com a alma.

A terceira parte sistematiza a reflexão sobre a relação entre jogo e criação para dar consistência a uma noção fluida. Ultrapassa a imagem de jogo para pensá-lo como conceito, recorrendo a reflexões filosóficas, que aliás são mais ricas que as teológicas. Para isso responde a três perguntas: como pensar o jogo? Como pensar a ciência como jogo? E como pensar a criação como jogo?

A categoria de jogo sugere articulação entre ciência e teologia, apesar da comum oposição entre atitude lúdica e tecnicista em face do mundo. O A.

mostra como a pesquisa científica é animada por um espírito de jogo. Significa não prender ao ideal de um conhecimento único para abrir espaço à sensibilidade respeito à contingência das leis da natureza.

A “razão lúdica” em ação no mundo aproxima-se mais da “ebriedade dionisíaca” do que da “clareza apolínea”. O jogo pertence às experiências universais. No entanto, a delimitação do conceito não desconhece dificuldades. Interessa captar a estrutura dialética e descobrir-lhe características comuns. Jogo tem algo de esquivo à reflexão filosófica preferentemente acadêmica, por parecer não merecer investimento teórico. No entanto, ele ultrapassa a singeleza conceitual que aparentemente demonstra. Depois de definir o jogo de maneira ampla e descrever-lhe os traços principais, deteve-se no estudo de E. Fink que fez do jogo uma categoria autenticamente filosófica, ultrapassando a simples fenomenologia do jogo para captar as questões que ele levanta.

Caminhando para o fim do livro, o A. trata os dois temas centrais da pesquisa: a ciência e a criação como jogo. Existe interesse atual pela temática lúdica nas ciências. Uma visão renovada da ciência se aproxima do espírito lúdico, menos preocupada com a eficácia operacional. O autor estuda posições de cientistas como F. Capra e M. Eigen. Aborda também o modelo do jogo no filósofo francês Pascal para terminar armando articulação dinâmica entre ciência e teologia.

Ao pensar a criação como jogo, destaca, de início, três objeções: o acaso no jogo, a sua imanência e a negação do sofrimento. Por sua vez, as contribuições vêm do lado da alegria e gratuidade, da dialética entre liberdade e regra e finalmente da imprevisibilidade e risco. Fecha a reflexão, assinalando a profunda vinculação entre criação e ressurreição. A ressurreição é o cosmos renovado. “Em face desse cosmo renovado, o olhar analítico é como o do espectador de uma dança ou de um jogo: ele vê os movimentos, mas não pode compreender seu sentido a menos que se deixe envolver” (p. 304).

Ao concluir, o A. formula alguns axiomas significativos. Uma teologia lúdica distingue-se de uma teologia racionalizante. O jogo pode ser expressão e invenção de uma liberdade. Pensar a criação com o concurso da noção de jogo faz recordar que ela é, antes de tudo, relação. Reconhecer o valor do discurso das ciências é reconhecer a consistência do cosmos. Pensar a articulação entre teologia e ciência em termos de jogo respeita a distinção das ordens. A inserção do jogo na criação faz com que nos dissociemos de toda problemática “fundacional”. Renunciar à apreensão do fundamento possibilita a construção do futuro.

Trabalho longo, cuidadoso, próprio de uma pesquisa doutoral, em que a noção de jogo dá o extremo de si. Sai do campo da mera experiência universal de todos, ao começar pelas crianças, ultrapassa o nível da

fenomenologia para ir até a elaboração do conceito, trabalhado tanto na filosofia, como presente na tradição bíblica, patrística, teológica clássica e atual. Assim pretende responder ao momento pós-moderno que se situa confuso e intocado em face da posição teológica baseada na causalidade, na funcionalidade, no estatuir um fundamento primeiro. Com a categoria de jogo o A. pensa superar tal incompreensão.

Não sei se o se afastar do fundamento por meio da categoria de jogo se ganha muito em lucidez teórica respeito à compreensão da ação criativa de Deus. Sem dúvida, a noção de jogo traz algumas luzes. Não lhe faltam, porém, sombras. Não somos donos totais dos significados dos conceitos. “Significado precisamente é o uso”. E o termo jogo carrega muita ambiguidade no uso, sobretudo na sociedade do mercado total. Torna-se mais vítima da mercantilização geral que expressão da liberdade e gratuidade.

*João Batista Libanio SJ*

---

STARK, Rodney: *O crescimento do cristianismo*: Um sociólogo reconsidera a história. Tradução do original inglês por Jonas Pereira dos Santos. São Paulo: Paulinas, 2006. 271 pp., 21 X 14,3 cm. Col. Repensando a religião. ISBN 85-356-1657-8.

---

O livro insere-se na coleção “Repensando a religião”, que apresenta ao público brasileiro recente projeto da área de estudos da religião num trabalho conjunto da Editora Paulinas e do Departamento de Teologia e Ciências da Religião da PUC-SP. Privilegia a discussão epistemológica da Ciência da Religião. Torna-se atual por causa das pendentes discussões sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas.

O A., em prefácio autobiográfico, muito a gosto do estilo americano, confessa ser um sociólogo aficionado pela história. E nesse livro conjuga ambos os saberes. Interessou-se pela história da Igreja primitiva. A partir desse contacto elabora os primeiros textos de boa aceitação, animando-o a ulteriores empreendimentos como o presente livro. Sem ser especialista em Novo Testamento nem historiador, trabalha a sociologia com dados históricos, compulsando fontes pertinentes. Nessa obra, introduz historiadores e biblistas na efetiva ciência social. O texto resulta de longo processo, testando partes dele, em forma de artigo, em periódicos.

Com coragem, defronta-se criticamente com teses comumente aceitas, ao apresentar outra versão para os fatos. Inicia o trabalho com a pergunta: como aconteceu que o cristianismo cresceu tão rapidamente? Como foi que

minúsculo e obscuro movimento messiânico da periferia do Império Romano desbancou o paganismo clássico e se tornou a religião dominante da civilização ocidental?

Reconstrói o crescimento do cristianismo a fim de explicar as razões de sua ocorrência. Começa com o dado aritmético, ao estabelecer a curva de crescimento plausível e ao compará-lo com o conhecimento sociológico do processo de conversão das pessoas a novas religiões, especialmente com os mórmons. Na base está o argumento: ao examinar o fenômeno de conversão a novas religiões hoje, torna-se plausível que algo semelhante tenha acontecido com o cristianismo primitivo. É um estudo de natureza sociológica que não apela para nenhum milagre. Busca-se entender as ações humanas em termos de plausibilidade racional.

A partir de dois números plausíveis do crescimento do cristianismo, estabelece a taxa de crescimento. Para número inicial, toma At 1,14-15: depois de vários meses após a ressurreição de Jesus havia 120 cristãos; mais adiante são 5 mil adeptos (At 4,4) e por volta da década de 60 são milhares de judeus convertidos em Jerusalém. É a primeira cidade cristã. Requer-se certa prudência em relação aos números de conversões. Cita o caso recente de uma revista falar de 10 mil *Hare Krishna* em Toronto, quando na realidade não passavam de 80 membros. Através de várias especulações numéricas a partir de fontes históricas chega à conclusão de que o crescimento do cristianismo no mundo romano terá sido de 40% por década. Aumentou de 1 mil no ano 40 para 33.882.008 no ano 350. Depois dessa época tende a diminuir o crescimento, porque o Império se esgotava respeito ao potencial de convertidos. Para mostrar a plausibilidade dos números, compara-os com os mórmons de hoje que percorreram curva semelhante, sem precisar apelar para conversões em massa ou para milagre.

E com frequência se diz que as pessoas se convertiam ao cristianismo em resposta ao impacto da pregação do Evangelho. Isso não parece plausível, já que o papel da doutrina nesse processo é secundário e as pessoas se ligam à doutrina depois da conversão. Baseando-se na pesquisa empírica junto a um grupo religioso liderado pela coreana Young Oon Kim, o A. constatou que o caminho para a conversão não foi a atração da doutrina, mas os laços de proximidade e amizade que datavam antes do contacto com a missionária. Conversas, envio de *press releases*, programas de rádio, encontros públicos não surtiram efeito. As conversões procederam por grupos de afinidade afetiva com os membros da religião. Família, amigos, pessoas relacionadas entre si convertiam-se em bloco. E assim se mantinham unidos, apesar da adversidade do ambiente.

O segundo capítulo gira em torno da classe fundamental do cristianismo primitivo. De novo, o A. contraria a tese de que os cristãos vieram de classes baixas. Cita-se S. Paulo como prova e vários autores confirmam tal posição. Ao recorrer a outras fontes, desmitifica tal tese. Constata a presen-

ça de cristãos, sim, em classes subordinadas, mas não necessariamente pobres. E, além disso, eles se encontram também na aristocracia romana. As classes mais baixas eram desproporcionadamente sub-representadas na Igreja primitiva. O cristianismo se difundiu antes entre instruídos que iletrados. O A. usa a distinção entre movimento de seita e movimento de culto. Movimento de seita brota de dentro de um corpo religioso convencional a modo de cisma, ao buscar versão mais espiritual em tensão maior com o ambiente circundante. Os movimentos de culto são novas crenças religiosas que despontam na sociedade. Começam pequenos e crescem por agregação ou cooptação de adeptos. O cristianismo é movimento de culto e não seita.

O A. estuda a relação entre classe e compromisso religioso. Opõe-se à afirmação de que as classes pobres são mais religiosas que as ricas. De ambas pode-se dizer que umas são mais religiosas que as outras, mas sob aspectos diferentes. A religião tem função de oferecer recompensas disponíveis por ela, mas que não existem neste mundo, como a vida eterna, ou são de difícil obtenção. Vale para pobres e ricos. Se alguém está satisfeito com sua fé não busca, naturalmente, outra. As religiões penetram os interstícios de insatisfação deixados pelas outras religiões existentes na sociedade. Paradoxalmente pessoas céticas em face de todas as religiões sucumbem ao fascínio de doutrinas mágicas, místicas e religiosas não convencionais, como hoje vemos nos EUA (e alhures).

Se o cristianismo tivesse sido um movimento proletário, teria sido provavelmente erradicado do Império Romano de maneira sistemática e brutal. A sua pluralidade social fez que as perseguições não fossem truculentas e sim aleatórias, limitadas. Daí sua sobrevivência histórica.

No terceiro capítulo, o A. estuda a missão junto ao povo judeu e as razões de seu provável sucesso. Defende o argumento de que o judeu-cristianismo desempenhou papel central até muito tempo depois do crescimento inicial do cristianismo. Os judeus da diáspora proporcionaram as bases para o crescimento da Igreja durante o século I e o início do século II. Eles continuaram a representar fonte significativa de cristãos convertidos pelo menos até o século IV e o judeu-cristianismo era ainda significativo no século V. E isso aconteceu por várias razões, tais como a continuidade cultural entre ambos, os vínculos interpessoais entre os convertidos judeus e os cristãos.

Epidemias e crises religiosas constroem o capítulo quarto. O crescimento do cristianismo não foi retílineo e evidente. Teve muitos pontos de crise que terminaram a abrir-lhe oportunidades importantes e cruciais. O paganismo não desapareceu de um dia para o outro. Foi parte ativa e vital da ascensão dos impérios helênico e romano, satisfazendo-lhes os impulsos religiosos básicos durante séculos. Se perdeu relevância histórica, foi porque, ao sofrer golpes pesados por duas desastrosas epidemias (a. 165 e

251), não conseguiu enfrentar essas crises social e espiritualmente. A primeira, que durou uns 15 anos, eliminou um terço ou quarto da população. Veio depois a segunda igualmente devastadora. Tais catástrofes colaboraram muito no declínio do Império Romano e produziram crise de fé. Fato comum na história humana. Situações emergenciais criam demandas que a religião oficial não é capaz de atender. Daí brotam a incerteza e a dúvida sobre ela. Ora, em face das destruidoras epidemias dos séculos II e III o paganismo não soube oferecer respostas, enquanto o cristianismo teve tal capacidade com sua escatologia, concepção de Deus e prática da caridade. Mais: influenciou até na diminuição da taxa de mortalidade dos cristãos em relação à dos pagãos por força do cuidado dos doentes.

O papel das mulheres na difusão do cristianismo merece consideração especial no capítulo quinto. Hoje se acusa a Igreja de patriarcal, antifeminista. Na Igreja primitiva, porém, ela era tão atraente para as mulheres que o papa Damaso I (305-384) admoestou os missionários cristãos para deixarem de visitar as casas de mulheres pagãs. Na subcultura cristã elas tinham status mais elevado do que no mundo greco-romano em geral. O A. expõe a relação entre o amplo poder e privilégio das mulheres cristãs e a mudança importante nos coeficientes sexuais. A modificação inicial nos índices sexuais decorreu de doutrinas cristãs que proibiam infanticídio e aborto. Ampliou-se ainda mais a presença e relevância da mulher na Igreja primitiva pela tendência de arregimentação excessiva de mulheres. Houve taxa relativamente alta de casamentos entre mulheres cristãs e homens pagãos, gerando conversões “secundárias” para o cristianismo. E a taxa de filhos/as das cristãs era superior e contribuiu para o sucesso da Igreja primitiva. Em resumo, a conversão primeira ao cristianismo era muito mais predominante entre as mulheres.

A cristianização do Império, em termos urbanos, permite abordagem quantitativa, apresentada no capítulo sexto. O cristianismo constituiu-se movimento urbano. Prosperou nas cidades greco-romanas da Ásia Menor, apoiado pelas grandes comunidades de judeus da diáspora. Compreender as estruturas materiais e sociais das cidades greco-romanas permite perceber como a mensagem cristã e as relações sociais que ela defendia traziam alívios espirituais de esperança no meio dos graves problemas de higiene, de salubridade, de violência, de vida precária que as afligiam. Antioquia apresenta interesse especial, já que foi extraordinariamente receptiva ao movimento cristão. Por isso ela merece atenção neste capítulo e todo o capítulo sétimo.

A relação do martírio com a expansão do cristianismo ocupa o capítulo oitavo. O A. afasta-se das posições que interpretam o martírio a partir de atitudes irracionais e doentias de masoquismo, de desprezo pela vida. Existe uma escolha dotada de racionalidade no martírio a ser pesquisada pelo cientista social. Há um ganho nele. Compensadores no interior do cristi-



anismo tornam racionais as escolhas que implicam estigmas, sofrimentos e martírio. Tanto mais atraentes são os compensadores, quanto mais escassos e menos acessíveis no aqui e agora, como a glória eterna. O que se perde é a vida terrestre e o que se ganha é a eterna. Quando o compensador é abonado por coletivos, tem mais força. Para suportarem-se exigências pesadas, só alto grau de comprometimento do fiel com a religião e a percepção de benefícios maiores materiais, sociais e religiosos para os membros conseguem manter a tensão. Os sacrifícios que os cristãos faziam redundavam em recompensa.

O A. desmitifica a imagem de multidões de mártires no início do Cristianismo. O número terá sido muito menor do que se diz. É provável que o total de cristãos martirizados pelos romanos não tenha chegado a mil. E houve também os que temeram o martírio e abjuraram a fé. A prova extrema foi superada por menos pessoas. No entanto, os martírios aumentavam a credibilidade do cristianismo. Ele não foi somente sacrifícios e martírio. Implementou serviços nas comunidades que proporcionaram satisfação emocional imensa e compartilhada. Produzia compensações também na terra, como vida familiar mais segura, cuidados na doença, menor distância entre ricos e pobres, etc. Este lado equilibra o lado do sofrimento e martírio.

O A. dedica o capítulo nono para estudar a interação entre a Igreja e o mundo greco-romano. Infere a oportunidade do surgimento de um novo culto importante naquele contexto geográfico e como o movimento cristão se organizou e se tornou formidável desafiador do Império a ponto de provocar perseguição. Entretanto, Roma possibilitou nível de liberdade religiosa aos cristãos. Ironicamente, eles foram tachados de ateus. Sofreram o descrédito formal e oficial durante boa parte dos três primeiros séculos.

Após essas análises, o A. conclui com a tese central do livro: O cristianismo não cresceu em decorrência de um milagre ocorrido na sua difusão, nem porque Constantino o promoveu, nem mesmo porque os mártires lhe deram credibilidade. Desenvolveu-se porque os cristãos se constituíram intensa comunidade, capaz de gerar “invencível obstinação” com imensas recompensas religiosas. Os meios fundamentais de seu crescimento foram os esforços conjuntos e motivados do crescente número de fiéis cristãos que convidavam amigos, parentes e vizinhos para partilhar a “boa nova”.

O livro conclui com breve reflexão, ao matizar a tendência da atual sociologia em face da influência da doutrina. Prefere inverter a ordem, vendo antes os fatores sociais a moldarem as doutrinas do que o contrário. Não se pode negar, porém, que as doutrinas religiosas exerceram e exercem papel relevante nas realidades sociais. Basta lembrar o exemplo da assistência que os cristãos prestaram aos doentes nas pestes que assolaram o Império Romano nos séculos II e III. Tal prática decorria da doutrina de fé que eles tinham. Doutrinas particulares religiosas dos cristãos permitiram

ao cristianismo situar-se entre os movimentos de revitalização mais influentes e bem sucedidos da história. Em breve, sem negar a verdade do peso dos fatores sociais no desenrolar das doutrinas, não se exclui o contrário. Nem se afirma, porém, a predominância da doutrina no desenvolvimento do cristianismo. Pelo contrário, a doutrina vem depois da vida, da conversão, do contacto.

O livro deixa-nos, portanto, forte questionamento à pastoral, sobretudo católica. Aparecida encerra-se com o projeto de Grande Evangelização. Aposta na pregação da doutrina, no ensinamento da catequese, na pregação de missionários. A tese do livro leva-nos a desconfiar de tal empreendimento. O trabalho missionário teve sucesso, na análise do livro, pela via da rede de relações e não pela doutrina. Esta vem depois da conversão e não antes. E a rede de comunicação se faz pela afinidade das pessoas, pela amizade, pelas relações familiares, de trabalho, de vida. Esta foi a intuição das comunidades eclesiais de base. E se perdeu muito dela. Círculos bíblicos de vizinhança, celebrações eucarísticas ou da Palavra em grupos de afinidade, convivência nos mutirões, nas ações comuns parecem ser muito mais eficientes evangelizadamente que um exército de pregadores a batalhar o povo com sermões. Vale a pena conferir.

João Batista Libanio SJ

---

KAEFER, José Ademar / JARSCHER, Haidi (orgs.): *Dimensões sociais da fé do Antigo Israel: Uma homenagem a Milton Schwantes*. São Paulo: Paulinas, 2007. 462 pp., 23 X 15,5 cm. ISBN 978-85-356-0506-8.

---

A obra, do gênero *Festschrift*, homenageia o conhecido biblista Milton Schwantes (MS), no transcurso do sexagésimo aniversário. Justa homenagem a quem se dedicou de corpo e alma à leitura da Palavra de Deus, com abertura ecumênica, junto aos mais variados tipos de comunidades e públicos. A confissão luterana de origem não obnubilou em seu coração a chama da fé e a força do espírito que impelem para a comunhão. Um punhado de amigos e amigas, entre os inumeráveis, expressa nesta obra o apreço pelo companheiro de caminhada e de escuta atenta da Palavra, a ser transformada em vida.

As 27 colaborações são introduzidas pelos testemunhos de três amigos, Pablo Richard, Silvio Meincke e Dario Schäffer, que destacam alguns traços da rica personalidade de MS, de modo especial, os referentes à dedicação ao serviço do povo de Deus e ao compromisso de pensar a realidade à luz da Palavra de Deus para transformá-la. As colaborações seguintes

estão divididas em seis grandes blocos, tendo como títulos frases atribuídas ao homenageado que, de certa forma, sintetizam-lhe a visão de mundo e as opções. Cada bloco privilegia uma porção dos textos bíblicos: o Pentateuco, os Profetas, os Salmos, os Sapienciais, os Apocalipses, mas também, a Hermenêutica. Um pequeno *flash* da vida de MS, a título de testemunho amical, encerra cada bloco. São dignas de nota as muitas ilustrações que permeiam o texto.

O primeiro bloco – “O tribalismo não é um sistema pré-estado, ele é antiestado” – comporta três colaborações. O texto de Maricel Mena-López, “Rebeca e a bênção de Jacó: engano ou cumprimento profético?”, parte da narrativa da bênção patriarcal de Gn 27 para mostrar que, para além do tema da bênção, o texto bíblico alude à questão das fronteiras, postulando a unificação das tribos. Pedro Julio Triana Fernández – “Un proyecto de solidaridad, justicia social y resistencia. Un estudio a partir de Deuteronomio 15,1-18” – mostra como o preceito do ano sabático comporta “a opção política de ser solidários”, com ações práticas em favor dos oprimidos e dos marginalizados, tendo em vista a criação de uma sociedade mais igualitária em Israel. Mercedes Lopes – “Narrativas do ciclo de Elias. Uma leitura da narração em 1Rs 17,1-14” – sublinha o caráter inédito da centralidade da viúva de Sarepta na narração bíblica, personagem importante numa história de homens. A figura de uma mulher estrangeira é apresentada de maneira positiva.

O segundo bloco – “Não há ‘palavra’ – dabar – sem contexto!” – contém quatro colaborações. Valmor da Silva – “ ‘O Senhor Javé deu-me língua de discípulo’. Leitura do terceiro canto do Servo do Senhor segundo Is 50,4-9a” – lê o texto do Dêutero-Isaías no seu contexto original, buscando na atitude do Servo luzes para se viver de forma positiva a experiência de escravidão e de sofrimento na atualidade. Nancy Cardoso Pereira – “ ‘O meu povo será como árvore’. Florestas, trabalho e ídolos em Isaías 44” – mostra como o texto isaiano contém uma denúncia profética dos “mecanismos imperiais de controle do trabalho e do mundo natural”, que se reproduzem de um império a outro. Silva Suaiden – “A dimensão social e crítica da fé profética de Israel. Um estudo de Miquéias 6,1-8” – toca um tema central da fé bíblica: a exigência de amor solidário em relação aos empobrecidos, ficando o culto relegado a segundo plano. Virgínia Inácio dos Santos – “Zacarias 8,1-18: depois da guerra a reconstrução. Encontros, reencontros e brincadeiras nas praças da cidade” – recorre ao profeta Zacarias para mostrar como é possível olhar para frente e vislumbrar alternativas, após a dolorosa experiência de destruições provocadas pelas guerras.

O terceiro bloco – “É com muita alegria...” – comporta seis colaborações. Tércio Machado Siqueira – “Os inimigos do povo” – analisa a ocorrência do vocábulo “inimigo” em dois blocos do livro dos Salmos (Sl 1-41 e 42-

72), perguntando-se pelo critério que presidiu a organização de ambos os blocos. João Luiz Correia Júnior – “Salmo 8: um poema de louvor a Deus, pelo cosmos e pela humanidade” – explicita os eixos cosmológico e antropológico do salmo em questão e o relê numa perspectiva cristã. Maria Cristina Ventura – “Entre la falta de justicia y la ausencia de Dios. En compañía del Salmo 9-10” – detecta a relação entre fé e dimensão social nas entrelinhas do salmo estudado. Roberto Baptista – “Os ímpios deixarão de existir: os ‘injustos’ no Salmo 37” – caracteriza os injustos como “um grupo desestabilizador de uma comunidade já um tanto desequilibrada”, considerando o contexto de formação do salmo. Carlos Mario Vázquez Gutiérrez – “Salmo 44: ‘Acorda! Não nos rejeites para sempre’ ” – faz dupla leitura do Salmo 44, horizontal e vertical, com o intuito de detectar a unidade de sentido do conjunto. Marcos Paulo Bailão – “Os que retornam, os que sonham, os que choram: os que resistem” – detém-se no Salmo 126, com seu componente de alegria e esperança, mas também de frustração, num contexto de clamor e resistência na volta do exílio.

O quarto bloco – “No andar da carroça as abóboras se ajeitam” – comporta cinco colaborações, todas centradas no livro de Coélet. José Ademar Kaefer – “ ‘Há uma doença debaixo do sol’. Uma introdução ao livro de Coélet”; Shigeyuki Nakanose e Maria Antônia Marques – “O temor de Deus: uma leitura de Eclesiastes 3,1-15”; Mercedes Brancher – “Desfrutar o produto de seu trabalho é felicidade”; Antonio Carlos Frizzo – “Astúcia e coragem em defesa da tradição de Israel. Uma reflexão do agir do sábio em Ecl 10” – e Lília Ladeira Veras – “O simbolismo do corpo na mensagem de Coélet” – abordam o livro do Eclesiastes sob diversos aspectos, de forma a explicitar múltiplas facetas deste texto fascinante.

O quinto bloco – “Restam-nos esperanças” – comporta três colaborações. Rafael Rodrigues da Silva – “Sinais da derrocada dos impérios no Apocalipse de Daniel” – aborda um texto bíblico nitidamente anti-imperialista, cujo objetivo consistia em alimentar “os desejos e sentimentos de vitória contra o tirano e opressor”. Achibald Mulford Woodruff – “Uma marca na vida de um militante: Marcos 3,6” – é o primeiro a abordar um texto das Escrituras Cristãs; mostra como o ministério de Jesus foi marcado pela ameaça de morte desde o início, como acontece com outros militantes cristãos. Paulo Augusto de Souza Nogueira – “Dualismo escatológico e irrupção de poder no presente: notas para uma hermenêutica do Apocalipse de João” – parte de duas expressões-chaves – dualismo e revelação imediata – para mostrar como o Apocalipse apresenta o mundo e antevê expectativas futuras de transformação.

O sexto e último bloco – “América Latina vive em exílio” – comporta três colaborações. Flávio Schmit – “Hermenêutica bíblica” – explicita os “passos exegéticos”, ou seja, as grandes vertentes da maneira como MS interpreta a Bíblia. Pedro Lima Vasconcellos – “Promessas de salvação, aqui e

no além: a Bíblia na obra literária de Antonio Conselheiro” –, a partir de uma situação concreta de luta pela libertação, sublinha o papel desempenhado pela Bíblia num contexto de leitura e interpretação popular. Por fim, Pablo Richard – “La Palavra de Dios en las Pequeñas Comunidades de Base” – mostra como as CEBs escutam a Palavra de Deus e a transformam em espiritualidade viva.

Uma bela homenagem a um autêntico servidor da Palavra, mestre de muitos e muitas, testemunha viva de como a Palavra produz seus frutos.

Jaldemir Vitório SJ

---

VOGELS, Walter: *Davi e sua história*. 1Samuel 16,1–1Reis 2,11. Tradução do original francês por Maurilo D. Sampaio e J. Pereira. São Paulo: Loyola, 2007. 298 pp., 23 X 16 cm. Col. Bíblica Loyola, 51. ISBN 978-85-15-03335-5.

---

O A. é conhecido no ambiente bíblico pelas muitas publicações, mormente, no âmbito do Antigo Testamento. Sua vasta produção, em livros e artigos, abrange desde questões bíblicas introdutórias, o Pentateuco, a literatura profética, até a literatura sapiencial. A presente obra, cujo original foi publicado em 2003, compagina-se com duas anteriores, dedicadas a Abraão (*Abraham et sa légende*: Genèse 12,1-25,11, Paris / Montréal: Cerf / Mediaspaul, 1996) e a Moisés (*Moïse aux Multiples Visages*: De l'exode au Deutéronome, Paris / Montréal: Cerf / Mediaspaul, 1997). O objetivo, nos três casos, é sempre o mesmo: “não é reconstruir cientificamente” a história, mas verificar se os textos “podem permitir construir pelo menos uma idéia geral” desses grandes personagens da Bíblia (p. 22).

A obra caracteriza-se como uma *lectio continua* da narrativa bíblica correspondente a 1Sm 16,1-1Rs 2,11, que engloba o ciclo narrativo sobre Davi. O capítulo introdutório aborda as questões debatidas em torno da perícopa em foco, de ordem literária e de ordem histórica. Trata-se de um bloco compacto. Tem-se a impressão de que os deuteronomistas, ao compor a monumental obra historiográfica, que vai de Josué a 2Reis, deixaram tal qual o bloco de tradições referente a Davi. “A presença do redator deuteronomista nesses capítulos não é muito sentida” (p. 25), diferentemente do que acontece em outros conjuntos narrativos, onde a mão dos redatores se faz perceber sem dificuldade. Para além de qualquer tentação fundamentalista e historicista, o A. interessa-se pelo “Davi da fé”, assim como é apresentado na tradição bíblica, onde “história e teologia” se entrelaçam, para dar origem a “uma história profética ou uma história teocrática” (p. 29). Está convencido de que “o ‘Davi bíblico’ é também o ‘Davi da

história', mas que é, antes de tudo, 'o Davi da fé'", descrito "sob diferentes traços, bons e menos bons, mas que contribuem para apresentá-lo de modo a despertar certa admiração" (p. 30). Seu desiderato é claramente definido: "Limitei-me à figura do rei tal como apresentada na obra histórica deuteronomica" (p. 285).

O núcleo da obra comporta três grandes partes. A primeira corresponde à "Ascensão de Davi (1Sm 16,1-2Sm 5,5)" e abarca as perícopes que vão desde a introdução de Davi na corte de Saul até a unção como rei de Israel, ou seja, das tribos do Norte, após ter sido ungido e aclamado rei de Judá, ou seja, das duas tribos do Sul. A segunda corresponde ao "Apogeu de Davi (2Sm 5,6-8,18)" e abrange os fatos referentes ao estabelecimento do reino, com a subjugação dos filisteus e dos povos que ameaçavam Israel, bem como, à organização da corte em Jerusalém. A terceira, a mais longa, corresponde ao "Declínio de Davi (2Sm 9-20 [21-24]; 1Rs 1,1-2,11)". Além de tratar das debilidades do rei, frágil como todo ser humano, apesar de ser objeto da predileção divina (cf. 2Sm 7,1-29), essa parte foca-se nas querelas internas da família real, com quiproquós de toda sorte. A questão principal gira em torno da sucessão do rei. Uma série de intrigas palacianas teve origem pelo fato de não ter sido determinado, desde cedo, o critério para o processo sucessório. Salomão sobe ao trono no bojo de um conflito de facções, onde vence a que tem acesso direto ao rei, caquético e incapaz de tomar nas mãos o controle dos fatos. Com a morte de Davi, inicia-se uma nova etapa da história de Israel, sob o comando de Salomão.

Na "Conclusão", o A. esboça em grandes linhas a figura de Davi, servindo-se dos elementos hauridos ao logo do percurso. Para ele, "o retrato de Davi traçado pela Bíblia é sem dúvida um dos mais ricos, mais complexos e mais fascinantes de todo o Antigo Testamento. Figura idealizada do Messias e portador das mais belas promessas divinas, Davi aparece também como um homem em carne e osso, capaz do melhor como do pior. A história deuteronomica que acabamos de percorrer através dos dois livros de Samuel e do início do primeiro livro dos Reis não procurou mascarar as fraquezas de Davi e não achou bom apresentar um elogio formal e detalhado do personagem. Prefere mostrá-lo em ação, interpelado, esclarecido e sustentado pela irrupção de Deus e de seus profetas" (p. 296). Uma bibliografia essencial "Para continuar a leitura" é oferecida.

O A. percorre 1Sm 16,1-1Rs 2,11, retomando os grandes episódios da narração. Depois de explicitar-lhes os esquemas literários, onde predominam os quiasmos, faz uma leitura explicativa e comentada de cada um. Ficam de fora problemas de crítica textual, análises morfológicas e sintáticas, exegeses detalhadas e tomadas de posição em relação a textos controversos. O projeto é menos abrangente. É como se o A. se colocasse ao lado do leitor do texto bíblico, para conduzi-lo no processo de leitura, de modo a compreender a trama narrativa. Comentando 1Sm 27,1-28,2, afirma: "A

história de Davi se detém aqui por um momento; o leitor é deixado em suspenso quanto a saber se e como Davi se salvará da situação. Irá ele se bater contra seu próprio povo?" (p. 107). Claro sinal de preocupação com o leitor do texto bíblico.

A tradução, no seu conjunto, está bem feita. Entretanto, os corretores deixaram escapar alguns erros. Na p. 18, M. Noth, ao invés, de Note; Smend, ao invés de Smeded. Na p. 19, T. Veijola, ao invés de Veijold; Redaktionsgeschichtliche, ao invés de Redaktionsgeschichtliche; p. 20, J. P. Fokkelman, ao invés de Fodelman. Na p. 21, E. Puech, ao invés de Puch; J. A. Soggin, ao invés de Solggin. Na p. 30, P. Gibert, ao invés de P. L. Gibert. Na p. 60, última linha, "os emissários de Saul", ao invés de Samuel. Na p. 167, a tradução referente a 2Sm 7,11 – "Javé lhe concedeu repouso afastando da vizinha os seus inimigos" –, está capenga. Estes e outros senões não desmerecem esta obra que se soma à escassa produção brasileira referente à Obra Historiográfica Deuteronomista.

*Jaldemir Vitório SJ*

# Coleção Fé e Realidade

Publicações sob a responsabilidade da Faculdade de Teologia  
do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus

A Coleção Fé e Realidade consta de obras de pesquisa, feitas em ordem à promoção acadêmica ou escritas por pessoas dedicadas à investigação no campo do pensamento cristão.

- 1 - **O mistério de Deus em nossa vida** (*Mário de F. Miranda*)
- 2 - **Argumento moral e aborto** (*Márcio F. dos Anjos*)
- 3 - **Teologia da libertação: política ou profetismo?** (*Alfonso G. Rúbio*)
- 4 - **Conhecimento de Deus e evangelização** (*Juan A. Ruiz de Gopegui*)
- 5 - **Sinais dos tempos** (*Clodovis Boff*)
- 6 - **Jesus Cristo: história e interpretação** (*Carlos Palácio*)
- 7 - **O leigo cristão no mundo e na Igreja** (*Enio J. C. Brito*)
- 8 - **Libertados para a prática da justiça** (*Mário de F. Miranda*)
- 9 - **O Reino e a história** (*Félix A. Pastor*)
- 10 - **Cristianismo e história** (*org: Carlos Palácio*)
- 11 - **Semântica do mistério** (*Félix A. Pastor*)
- 12 - **Umbanda I** (*Valdeli C. da Costa*)
- 13 - **Umbanda II** (*Valdeli C. da Costa*)
- 14 - **Os pobres e o Reino** (*Álvaro Barreiro*)
- 15 - **A idéia de Estado na doutrina ético-política de Santo Agostinho** (*Manfredo T. Ramos*)
- 16 - **Cristianismo e ideologia. Ensaios teológicos** (*Francisco Taborda*)
- 17 - **Fé e política** (*João B. Libanio*)
- 18 - **Candomblé e salvação** (*Franciska C. Rehbein*)
- 19 - **Comunidades Eclesiais de Base e inculturação da fé** (*Marcello de C. Azevedo*)
- 20 - **O Reino de Deus e os pobres** (*Inácio Neutzling*)
- 21 - **O Mistério Santo** (*Luciano C. Lavall*)
- 22 - **Teologia da libertação. Roteiro didático** (*João B. Libanio*)
- 23 - **Fé na vida** (*Faustino L. C. Teixeira*)
- 24 - **O Deus da revelação** (*Vítor G. Feller*)
- 25 - **Teologia dos ministérios não-ordenados na América Latina** (*Antônio J. de Almeida*)
- 26 - **Utopia e esperança cristã** (*João B. Libanio*)
- 27 - **A lógica do inefável** (*Félix. A. Pastor*)
- 28 - **Em tudo amar e servir** (*Maria Clara L. Bingemer*)
- 29 - **Fé e eficácia** (*Paulo Fernando C. de Andrade*)
- 30 - **Só Deus é grande** (*Alexandre H. Otten*)
- 31 - **Teologia da Revelação a partir da modernidade** (*João B. Libanio*)
- 32 - **Servir a Cristo na comunidade** (*Geraldo L. B. Hackmann*)
- 33 - **Este cristianismo inquieto** (*Afonso Murad*)
- 34 - **"Justo Sofredor": uma interpretação do caminho de Jesus e do discípulo** (*Odilo Pedro Scherer*)
- 35 - **A Bíblia e a ética** (*René Bucks*),
- 36 - **Uma opção renovadora** (*Maria Carmelita de Freitas*)

Edições Loyola - Cx. P. 42.355 - 04299-970 São Paulo

e-mail: vendas@loyola.com.br